



Odete Medauar

DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO

21ª edição revista, atualizada e ampliada

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Ciência da Administração, Direito Urbanístico,
Direito Ambiental

Público-alvo/consumidores

Sobretudo estudantes e advogados públicos

Neste livro figuram os mais relevantes preceitos e institutos do direito administrativo. A sequência lógica dos temas possibilita fácil compreensão.

Esta 21ª edição abriga revisão, atualização e acréscimos, inserindo-se, por exemplo, matéria sobre o Estatuto Jurídico das Estatais, o regime especial dos precatórios, a Regularização Fundiária Urbana.

Bibliografia específica se encontra ao final de cada capítulo, havendo uma bibliografia geral no fim do livro, ambas atualizadas.

A linguagem direta e clara propicia ágil leitura por todos os que se interessam por temas do direito administrativo.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001373

M488d

Medauar, Odete

Direito Administrativo moderno/ Odete Medauar. 21. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

444 p.

ISBN: 978-85-450-0480-6

1. Direito Administrativo. 2. Administração. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo moderno*. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 444 p. ISBN 978-85-450-0480-6.

Odete Medauar

Livre-docente, Doutora e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Especialista em Direito Público pela Universidade de Liège – Bélgica. Presidente da Fundação Arcadas.

SUMÁRIO DO LIVRO:

APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1.1 Estado e direito administrativo	23
1.2 Estado democrático	24
1.3 Estado de direito.....	24
1.4 Estado social	25
1.5 Estado e sociedade	25
1.6 Separação de poderes.....	26
1.7 Administração Pública e reforma administrativa.....	27
1.8 Bibliografia	28
CAPÍTULO 2	
O DIREITO ADMINISTRATIVO.....	29
2.1 Conceito e objeto.....	29
2.2 Origem e desenvolvimento	30
2.3 O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos	31

2.4	Primórdios do direito administrativo no Brasil	31
2.5	Características gerais do direito administrativo	32
2.6	O direito administrativo e outros ramos do direito	33
2.7	Direito administrativo e ciência da Administração Pública	34
2.8	Formas de expressão do direito administrativo	35
2.9	Bibliografia	38

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS		39
3.1	Conceito de Administração Pública	39
3.2	Administração, legislação e jurisdição	40
3.3	Administração e governo	41
3.4	Administração e Constituição	42
3.5	Administração no Estado Federal	42
3.6	Personalidade jurídica e Administração Pública	43
3.7	Estrutura fundamental da Administração no Brasil	44
3.8	Desconcentração administrativa	45
3.9	Órgãos públicos: conceito e classificação	46
3.10	Hierarquia	48
3.10.1	Delegação de competência	50
3.10.2	Avocação	51
3.11	Descentralização administrativa	51
3.12	Bibliografia	52

CAPÍTULO 4

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		53
4.1	Conceito	53
4.2	Estrutura básica da Administração direta federal	54
4.3	Presidência da República	54
4.4	Ministérios	54
4.5	Estrutura básica da Administração direta estadual	55
4.6	Estrutura básica da Administração direta municipal	56
4.7	Administração do Distrito Federal	56
4.8	Órgãos com situação peculiar	56
4.9	Bibliografia	57

CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		59
5.1	Conceito	59
5.2	Autarquias	62
5.2.1	Noção	62
5.2.2	Regime jurídico	63
5.2.3	Controles	64
5.2.4	Autarquias especiais	64
5.2.4.1	Autarquias universitárias	65
5.2.4.2	Agências reguladoras	66
5.2.5	Autarquia qualificada como agência executiva	69
5.3	Fundações públicas	70
5.3.1	A fundação no direito civil	70
5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo Poder Público	71
5.3.3	Evolução do tratamento legal	73
5.3.4	Noção de fundação pública	73
5.3.5	Regime jurídico	74
5.3.6	Controles	75
5.3.7	Fundações universitárias	76
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva	77
5.4	Empresas públicas	77
5.4.1	As chamadas “estatais”	77
5.4.2	Noção de empresa pública	79
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas	80
5.5	Sociedades de economia mista	84
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista	85
5.6	Estatais e privatização	85
5.7	Entes com situação peculiar	87
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais	87
5.7.2	Fundações de apoio	88

5.7.3	Empresas controladas pelo Poder Público.....	89
5.7.4	Serviços sociais autônomos.....	89
5.7.5	Terceiro setor parceiro	89
5.7.5.1	Organizações sociais.....	90
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	91
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a administração	94
5.8	Bibliografia	96

CAPÍTULO 6

ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		99
6.1	Multiplicidade de atuações	99
6.2	Tipologia das atividades administrativas.....	99
6.3	Poder e função no âmbito administrativo	102
6.4	Poder vinculado.....	103
6.5	Poder discricionário	104
6.5.1	Terminologia	104
6.5.2	Evolução conceitual.....	104
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário	105
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo.....	106
6.5.5	Justificativa do poder discricionário.....	106
6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário	107
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário.....	108
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados.....	109
6.6	Poder regulamentar	109
6.7	Poder normativo.....	110
6.8	Poder hierárquico	111
6.9	Poder disciplinar.....	111
6.10	Bibliografia	112

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		115
7.1	Noção.....	115
7.2	Relevância dos princípios.....	115
7.3	Tipologia	116
7.4	Princípio da legalidade.....	116
7.4.1	Aspectos genéricos	116
7.4.2	Significado operacional	117
7.5	Princípio da impessoalidade.....	118
7.6	Princípio da moralidade administrativa	119
7.6.1	Improbidade administrativa.....	120
7.6.2	A chamada Lei Anticorrupção.....	122
7.6.2.1	<i>Compliance</i>	125
7.7	Princípio da publicidade	125
7.8	Princípio da eficiência.....	127
7.9	Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade.....	127
7.9.1	O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular	128
7.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	128
7.11	Princípio da proporcionalidade	129
7.12	Princípio da continuidade.....	129
7.13	Princípio da presunção de legalidade e veracidade	130
7.14	Princípio da autoexecutoriedade	130
7.15	Princípio da autotutela administrativa.....	130
7.16	Princípio da segurança jurídica.....	130
7.17	Bibliografia	131

CAPÍTULO 8

ATO ADMINISTRATIVO		133
8.1	Ato administrativo e Estado de direito	133
8.2	Conceito de ato administrativo	133
8.3	Elementos.....	134
8.3.1	Terminologia e elenco	134
8.3.2	Agente competente.....	135
8.3.3	Objeto	135
8.3.4	Forma	135

8.3.5	Motivo	136
8.3.6	Fim	137
8.3.6.1	Interesse público.....	137
8.4	Perfeição, vigência, validade e eficácia.....	138
8.4.1	Retroatividade e irretroatividade.....	139
8.5	Notas peculiares	139
8.6	Tipologia	140
8.6.1	Critério do objeto.....	140
8.6.2	Critério da forma de expressão	141
8.6.3	Critério da margem de escolha.....	145
8.6.4	Critério do âmbito de repercussão.....	145
8.6.5	Critério dos destinatários	146
8.6.6	Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	146
8.7	Legalidade e mérito do ato administrativo	146
8.8	Ato de governo.....	147
8.9	“Não ato”: silêncio, omissão	148
8.10	Defeitos do ato administrativo	148
8.10.1	Incompetência	148
8.10.2	Ilegalidade do objeto.....	148
8.10.3	Defeito de forma	149
8.10.4	Defeito de motivo	149
8.10.5	Defeito do fim	149
8.11	Desfazimento do ato administrativo	150
8.11.1	A questão das nulidades em matéria de ato administrativo.....	150
8.11.2	Os principais meios de desfazimento.....	152
8.11.3	Anulação do ato administrativo.....	152
8.11.4	Revogação do ato administrativo.....	154
8.11.5	Cassação.....	155
8.12	Preservação do ato administrativo.....	156
8.12.1	Convalidação.....	156
8.12.2	Ratificação.....	156
8.12.3	Conversão.....	156
8.13	Bibliografia	156

CAPÍTULO 9

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	159
9.1 A processualidade ampla.....	159
9.2 Processo ou procedimento administrativo.....	160
9.3 Finalidades do processo administrativo	161
9.3.1 Garantia.....	161
9.3.2 Melhor conteúdo das decisões.....	161
9.3.3 Legitimação do poder	161
9.3.4 Correto desempenho da função	161
9.3.5 Justiça na Administração.....	162
9.3.6 Aproximação entre Administração e cidadãos	162
9.3.7 Sistematização de atuações administrativas.....	162
9.3.8 Facilitar o controle da Administração	162
9.4 O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais.....	162
9.4.1 Litigantes em processo administrativo	163
9.4.2 Acusados no âmbito administrativo.....	163
9.5 O devido processo legal no âmbito administrativo.....	164
9.6 Princípios do processo administrativo.....	164
9.6.1 O princípio do contraditório.....	164
9.6.2 O princípio da ampla defesa.....	165
9.6.3 O princípio da razoável duração do processo.....	167
9.6.4 O princípio da oficialidade.....	167
9.6.5 O princípio da verdade material.....	168
9.6.6 O princípio do formalismo moderado	168
9.7 Tipologia do processo administrativo.....	169
9.8 Fases do processo administrativo	169
9.9 Jurisprudência.....	170
9.10 Codificação do processo administrativo – A Lei nº 9.784/99.....	170
9.11 Bibliografia	174

CAPÍTULO 10

LICITAÇÃO.....	175
10.1 Conceito	175

10.2	Legislação básica.....	175
10.3	Terminologia	177
10.4	Princípios	178
10.5	Modalidades.....	181
10.5.1	Concorrência.....	181
10.5.2	Tomada de preços	182
10.5.3	Convite.....	182
10.5.4	Concurso	182
10.5.5	Leilão	183
10.5.6	Pregão.....	183
10.6	Linhas-chave do processo licitatório	184
10.7	Registro cadastral	186
10.8	Registro de preços	186
10.9	Comissão de licitação.....	187
10.10	Fases do processo licitatório	187
10.11	Instauração ou abertura: o edital.....	188
10.12	Habilitação.....	189
10.13	Classificação	191
10.14	Julgamento.....	192
10.15	Homologação	194
10.16	Adjudicação.....	194
10.17	Inversão das fases da licitação.....	194
10.18	Dispensa e inexigibilidade	194
10.19	Anulação e revogação da licitação	200
10.20	Controle da licitação.....	201
10.21	Sanções administrativas	202
10.22	Tutela penal	203
10.23	Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.....	203
10.23.1	Aspectos gerais.....	203
10.23.2	Linhas básicas das regras aplicáveis às licitações no RDC	205
10.23.3	Procedimentos auxiliares das licitações.....	209
10.23.4	Contratos celebrados no RDC	209
10.23.5	Sanções administrativas no RDC.....	210
10.24	Bibliografia	211

CAPÍTULO 11

CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO	213
11.1 Considerações preliminares.....	213
11.2 Tipologia.....	214
11.3 Os contratos administrativos clássicos.....	214
11.3.1 Contrato de obras	215
11.3.2 Contrato de serviços.....	216
11.3.3 Contrato de compra	216
11.3.4 Contrato de concessão	216
11.3.5 Permissão de serviço público formalizada por contrato de adesão ..	218
11.4 Aspectos fundamentais do regime jurídico dos contratos clássicos ..	218
11.4.1 Interesse público e prerrogativas da Administração.....	218
11.4.2 Cláusulas exorbitantes.....	219
11.4.3 Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro....	219
11.4.4 Fiscalização.....	220
11.4.5 Não invocação da exceção do contrato não cumprido	220
11.4.6 Imposição de sanções.....	221
11.4.7 Rescisão unilateral.....	222
11.4.8 Ocupação provisória de bens e serviços	222
11.5 Duração do contrato.....	222
11.6 Prorrogação	223
11.7 Garantias.....	224
11.8 Formalização	224
11.9 Alteração. Imprevisão e fato do príncipe.....	225
11.10 Outros aspectos da execução	227
11.11 Recebimento do objeto.....	227
11.12 Rescisão	228
11.12.1 Rescisão por ato unilateral e escrito da Administração.....	228
11.12.2 Rescisão amigável	229
11.12.3 Rescisão judicial	229
11.13 Pagamento	230
11.14 Contratos regidos parcialmente pelo direito privado	230
11.15 Novas figuras contratuais.....	231
11.15.1 Convênios e consórcios – Aspectos gerais	231

11.15.1.1 Convênios	232
11.15.1.2 Consórcios	235
11.15.2 Outras figuras	236
11.16 Contratos celebrados no RDC.....	238
11.17 Bibliografia	240
CAPÍTULO 12	
BENS PÚBLICOS	243
12.1 Introdução ao tema	243
12.2 Terminologia	243
12.3 Síntese histórica	244
12.4 Conceito	245
12.5 Tipologia	245
12.5.1 Critério da natureza	245
12.5.2 Critério dos aspectos geográficos.....	245
12.5.3 Critério dos titulares	246
12.5.4 Critério da destinação	247
12.6 Afetação e desafetação.....	249
12.7 Regime jurídico geral.....	249
12.8 Uso de bens públicos por particulares	251
12.8.1 Regime jurídico	252
12.8.2 Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão	
de direito real de uso, outros instrumentos	252
12.9 Aquisição de bens públicos.....	256
12.10 Alienação de bens públicos.....	258
12.11 Notas a respeito de alguns bens públicos.....	261
12.11.1 Terras devolutas	261
12.11.2 Terrenos de marinha.....	262
12.11.3 Terrenos marginais ou reservados.....	263
12.11.4 Terras indígenas	263
12.11.5 Ilhas	264
12.12 Bibliografia	264
CAPÍTULO 13	
SERVIDORES PÚBLICOS	265
13.1 Introdução ao tema	265
13.2 Legislação	265
13.3 Terminologia	266
13.4 Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	267
13.4.1 Noção.....	268
13.4.2 Acessibilidade	268
13.5 Cargos públicos	270
13.5.1 Noção.....	270
13.5.2 Tipologia	271
13.5.3 Vacância	273
13.5.4 Provedimento	273
13.6 Regime jurídico	274
13.6.1 Regime estatutário.....	275
13.6.2 Regime celetista	276
13.6.3 Regime especial.....	276
13.7 Principais normas do regime estatutário	276
13.7.1 Vencimento, remuneração e subsídio	277
13.7.1.1 Natureza	277
13.7.1.2 Fixação e revisão	278
13.7.1.3 Irredutibilidade	278
13.7.1.4 Limite de remuneração	279
13.7.1.5 Vantagens	280
13.7.2 Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade	281
13.7.3 Acumulação de cargos.....	282
13.7.4 Exercício de mandato eletivo.....	283
13.7.5 Férias e décimo terceiro salário	284
13.7.6 Licenças	284
13.7.7 Direito de greve	285
13.7.8 Sindicalização.....	286
13.7.9 Aposentadoria e pensão	286
13.7.9.1 O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos	288

13.7.9.2 Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas.....	291
13.7.9.3 Regime de previdência complementar	291
13.7.9.4 Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de inatividade	292
13.7.9.5 Acumulação de proventos com remuneração, subsídio ou salário	293
13.7.9.6 Regras de transição	293
13.7.9.6.1 Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior.....	293
13.7.9.6.2 Situação de quem já era aposentado	294
13.7.9.6.3 Situação de quem tenha ingressado em cargo efetivo até a data da publicação	296
da Emenda nº 20/98	296
13.7.9.6.4 Situação de quem tenha ingressado em cargo efetivo até a data da publicação da Emenda nº 41/2003.....	297
13.7.9.7 Pensões.....	298
13.7.9.8 Nova Reforma da Previdência	299
13.7.10 Deveres	301
13.8 Responsabilidade dos servidores.....	303
13.8.1 Responsabilidade criminal	303
13.8.2 Responsabilidade civil	304
13.8.3 Responsabilidade administrativa.....	305
13.8.3.1 Responsabilidade fiscal	305
13.9 Poder disciplinar.....	306
13.10 Regime disciplinar.....	306
13.10.1 Competência legal.....	307
13.10.2 Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego	307
13.10.3 Legalidade das infrações.....	307
13.10.4 Legalidade das sanções	308
13.10.5 Prescritibilidade	309
13.10.6 Motivação	309
13.11 Processo administrativo disciplinar.....	310
13.11.1 Noção e terminologia	310
13.11.2 Comissões processantes	310
13.11.3 Sindicância	311
13.11.4 Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão	311
13.12 Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar	313
13.13 Bibliografia	314

CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO.....	315
14.1 Terminologia	315
14.2 Caracterização.....	315
14.3 Princípios diretores	317
14.4 Tipologia.....	318
14.5 Modos de prestação	319
14.6 Concessão de serviço público	319
14.6.1 Conceito legal e características	320
14.6.2 Concessão de serviço precedida de obra pública	321
14.6.3 Outros tipos de concessão.....	321
14.6.4 Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95	321
14.6.5 Motivação da outorga de concessão ou permissão	322
14.6.6 Serviço adequado	322
14.6.7 Direitos e deveres dos usuários.....	322
14.6.8 Política tarifária.....	323
14.6.9 Licitação	324
14.6.10 Contrato de concessão.....	325
14.6.11 Encargos do concedente.....	325
14.6.12 Encargos da concessionária	325
14.6.13 Intervenção.....	326
14.6.14 Extinção da concessão	326
14.7 Permissão e autorização de serviço público	327
14.8 Arrendamento e franquia.....	328
14.9 Parceria público-privada	329
14.10 Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.....	330
14.11 Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	331
14.12 Bibliografia	332

CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA	333
15.1 Introdução ao tema	333
15.2 Síntese evolutiva	333
15.3 Crítica à noção. Contestação à crítica	334
15.4 Caracterização do poder de polícia.....	335
15.5 Polícia administrativa e polícia judiciária.....	336
15.6 Fundamentos e finalidades	336
15.7 Regime jurídico geral	337
15.8 Campo de atuação	338
15.9 Manifestações do poder de polícia.....	338
15.10 Limites	339
15.11 Sanções decorrentes do poder de polícia	340
15.12 Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	340
15.13 Extensão excepcional do poder de polícia.....	341
15.14 Particulares no exercício do poder de polícia?	341
15.15 Bibliografia	341

CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE	343
16.1 Introdução ao tema	343
16.2 Noção e objetivo	343
16.3 Restrições administrativas em geral	344
16.4 Tombamento	344
16.5 Ocupação temporária.....	346
16.6 Requisição.....	347
16.7 Servidão administrativa.....	347
16.8 Desapropriação	348
16.8.1 Noção.....	348
16.8.2 Legislação	349
16.8.3 Fundamento	350
16.8.4 Requisitos constitucionais da indenização	351
16.8.5 Bens expropriáveis	353
16.8.6 Competência.....	355
16.8.7 A declaração expropriatória e seus efeitos	355
16.8.8 Desapropriação por acordo.....	356
16.8.9 Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação.....	356
16.8.10 Ação expropriatória: imissão provisória na posse	357
16.8.11 Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos	358
16.8.12 Desistência da desapropriação.....	358
16.8.13 Destinação dos bens expropriados e retrocessão	358
16.8.14 Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	362
16.9 Bibliografia	362

CAPÍTULO 17

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	365
17.1 Introdução ao tema	365
17.2 Síntese evolutiva	365
17.3 A responsabilidade objetiva.....	366
17.4 A responsabilidade objetiva na legislação brasileira.....	367
17.5 O §6º do art. 37 da CF	368
17.6 A reparação do dano	370
17.7 Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade	371
17.8 Panorama dos casos de responsabilidade.....	372
17.9 Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais	372
17.10 Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	373
17.11 Bibliografia	373

CAPÍTULO 18

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	375
18.1 Controle, democracia e corrupção	375
18.2 Tipologia	376
18.3 Controles internos	376
18.3.1 Recursos administrativos	377
18.3.2 Autocontrole.....	382
18.3.3 Controle hierárquico	382

18.3.4	Controle de gestão.....	383
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição.....	383
18.3.6	Supervisão	383
18.3.7	Pareceres vinculantes.....	384
18.3.8	Ouvidor.....	384
18.3.9	Controle financeiro.....	384
18.3.10	Controle da Administração indireta.....	384
18.4	Controle parlamentar.....	385
18.5	Controle do Tribunal de Contas.....	387
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i>	389
18.7	Controle jurisdicional da Administração.....	389
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional.....	390
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	390
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa	390
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional.....	392
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional	393
18.7.6	A Administração em juízo.....	394
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração	402
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo	403
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo	408
18.7.9	Ação popular.....	410
18.7.10	Ação civil pública.....	411
18.7.11	<i>Habeas data</i>	413
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração	414
18.9	Bibliografia	416
BIBLIOGRAFIA.....		417
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		427